

A FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES NAS LINHAS DE MONTAGEM DE ILUSÕES: CRÍTICA DA MISÉRIA INTELECTUAL NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

THIAGO MARTINS JORGE*
VALQUÍRIA PADILHA**

Resumo

Neste ensaio, após uma investigação da sociedade capitalista e da burguesia brasileiras — que são demandantes da força de trabalho forjada nos cursos de Administração — passamos às críticas da miséria intelectual das teorias administrativas e dos cursos de formação de gestores no Brasil, os quais têm a finalidade de consolidar a hegemonia burguesa formando porta-vozes dos interesses do capital, desconsiderando completamente o processo histórico das análises. O que constatamos não é a busca do aprimoramento da compreensão científica do mundo, mas o seu obscurecimento. Argumentamos que tal falsificação do real transforma os cursos de Administração — com seus infinitos estudos de casos — em verdadeiras linhas de montagem de ilusões. Ilustramos nossa crítica com a análise da falsa harmonia na visão sistêmica de Ruben Bauer. Concluímos que, ainda que seja um contrassenso imaginar que esse quadro possa ser alterado sem profundas alterações nas macroestruturas da sociedade brasileira, a discussão metodológica não perde importância. Nas escolas de gestão, encontramos alunos e docentes dispostos a enfrentar essa miséria intelectual hegemônica com a necessária clareza epistemológica.

Palavras-chave: Ensino; Administração; Via colonial; Ontologia.

Abstract

In this essay, after an investigation of Brazilian capitalist society and the bourgeoisie — who demands the workforce forged in the courses of Administration — we turn to criticism of the intellectual misery of administrative theories and managerial formative courses in Brazil, which have the purpose of consolidating bourgeois hegemony by forming spokesmen for capital interests, completely disregarding the historical process of analysis. What we see is not the pursuit of the enhancement of the scientific understanding of the world, but its obscuration. We argue that such falsification of reality transforms the courses of Administration — with its infinite case studies — into true assembly lines of illusions. We illustrate our criticism with the analysis of false harmony in the systemic view of Ruben Bauer. We conclude that, although

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFJF, Graduado em Administração pela Fearn-USP. E-mail: <thiagojorge815@hotmail.com>.

** Professora doutora no Departamento de Administração da Fearn (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto), Universidade de São Paulo (USP), *campus* de Ribeirão Preto. Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Pós-Doutorado realizado na Téluq/Uqam, em Montreal, Canadá. Organizadora do livro *Antimanual de gestão: desconstruindo os discursos do management* (Editora Ideias & Letras) e autora de *Shopping center: a catedral das mercadorias* (Editora Boitempo). E-mail: <valpadilha@usp.br>.

it is a contradiction to imagine that this framework can be altered without deep changes in the macro-structures of Brazilian society, the methodological discussion does not lose importance. In management schools, we find students and teachers willing to face this hegemonic intellectual misery with the necessary epistemological clarity.

Key-words: Teaching; Administration; Colonial Via; Ontology.

I. A particularidade do capitalismo e da burguesia brasileira

Condição de possibilidade da atividade ideal, a vida societária *responde* como fonte primária ou raiz polivalente pelas grandezas e falácias do pensamento. De suas formas emanam carências e constrangimentos que impulsionam ao esclarecimento ou, pelo contrário, conduzem ao obscurecimento da consciência, em todos os graus e mesclas possíveis (Chasin, 2009, p. 108).

Como nos alerta Chasin, para entendermos a particularidade do ensino e da produção teórica nos cursos brasileiros de Administração, faz-se necessário, primeiramente, compreendermos a dinâmica social na qual eles estão inseridos e na qual devem atuar. Ou seja, começaremos com uma rápida investigação das particularidades da sociedade capitalista brasileira e, como não poderia deixar de ser, das particularidades da burguesia brasileira (que é a principal demandante da força de trabalho formada nos cursos de Administração). Para isso, recuperaremos, brevemente, o conceito de “*Via Colonial de objetivação capitalista para o Brasil*”, elaborado também por José Chasin — a partir do qual poderemos entender “a dimensão particular da natureza *atrófica* do capital, assim como a especificidade histórica das formas da dominação autocrático-burguesa em nossa formação social” (Rago Filho, 2010, p. 8).

A via colonial ao capitalismo significa que “a gênese da burguesia brasileira está [na] sua entificação agrária de *tipo colonial*, e não na ruptura com os «restos feudais»”. A partir dela, “a formação do capital industrial” ocorre numa “configuração de subordinação estrutural que não lhe permite marchar na efetivação de sua emancipação social” (Rago Filho, 2010, p. 80).

Assim, ao contrário de países que percorreram a Via Clássica ao capitalismo — Inglaterra, França e Holanda, ou seja, países cuja burguesia protagonizou tanto uma revolução econômica quanto uma revolução política — o capitalismo brasileiro surge umbilicalmente dependente do capital externo (Chasin prefere o termo *subordinado* ao termo *dependência*).

“Aqui, a evolução nacional não tem correspondência com a progressividade social, vinga uma *modernização excludente*, onde, concretamente, há uma discrepância com a progressividade social” (Rago Filho, 2010, p. 80). Em outras palavras, o capitalismo brasileiro surge e se desenvolve sem conseguir andar sobre suas próprias pernas — para isso ele demanda apoio do capital externo.

Enquanto até mesmo a burguesia alemã (cujo conservadorismo é amplamente conhecido por influenciar duas guerras mundiais e que, no século anterior, não foi capaz de unificar politicamente a Alemanha) realizou as “tarefas econômicas”, “a burguesia brasileira não realizou nenhuma das duas tarefas, nem a econômica e nem a política”. Portanto, “o Estado nacional (uno) nosso não é uma iniciativa e uma realização da burguesia, mas é um produto da colonização e da forma subordinada da independência. A nossa unidade é anterior à unidade do verdadeiro capitalismo que é a industrialização, tal como foi a da França” (Chasin, 1988, p. 117).

Evidentemente que tal subordinação foi se reconfigurando ao longo dos anos, de tal forma que, hoje, ela se faz marcante das seguintes formas: 1) “pela superexploração da força de trabalho”; 2) “por meio de mecanismos de transferência de valor” aos países centrais — incluindo “pagamento de juros, lucros, dividendos, etc.”; 3) “distribuição regressiva de renda e riquezas”; 4) intensificação das desigualdades sociais (Carcanholo, 2014).

Em consonância a isso, podemos afirmar que a burguesia brasileira ocupa posição subordinada ante os seus pares dos países centrais. Não obstante, o seu surgimento e seu desenvolvimento tornaram-na completamente refratária a qualquer ideia de revolução (ainda que seja apenas um enfrentamento do capital externo).

Tal burguesia “nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos, quando estas já estavam extintas” (Chasin, 1985, apud Rago Filho, 2010, p. 80). Ao contrário da burguesia holandesa, inglesa e francesa que defenderam, durante alguns séculos, pautas revolucionárias e universais, diante do parasitismo da aristocracia, a burguesia brasileira “não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre fins particulares” (p. 80). O próprio Chasin complementa, identificando os traços mais marcantes da burguesia brasileira.

Este, filho temporão da história planetária [a burguesia brasileira], não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. É de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser bandida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochichos em surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático. Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria (Chasin, 1986, apud Rago Filho, 2010, pp. 80-1).

Definido o caráter particular do capitalismo e da burguesia brasileira, precisamos ainda identificar o papel que os administradores nele devem ocupar.

Recorrendo a Marx, Costa (2010, p. 153) nos lembra de que “a necessidade do trabalho de superintendência e de direção surge onde o processo de produção tenha atingido «a figura de um processo socialmente combinado e não se apresenta como trabalho isolado de produtores autônomos»”. Nesse cenário, o trabalho de superintendência e direção pode “aparecer sob a forma geral de comando de muitos indivíduos”, como na “atividade global da oficina”, “ou sob modos de produção baseados na separação entre o produtor e os meios de produção”. Neste caso, como “os produtores estão efetivamente separados dos meios de produção”, “a união entre eles se realiza externamente”. Portanto, “quanto maior a antítese entre o produtor direto e os proprietários dos meios de produção «mais importante o papel desempenhado por esse trabalho de superintendência»”.

Ou seja, no capitalismo contemporâneo, os cargos de direção são terceirizados a profissionais competentes que devem gerir os negócios da burguesia, enquanto

os donos do capital, aqueles que têm capital disponível para investir na produção de mercadorias nos mais variados ramos, aparecem como donos do mundo porque, de fato, de suas mãos sai a *matéria-prima* capaz de incrementar o processo produtivo. E como o capital portador de juros não está comprometido diretamente com nenhum ramo

específico de produção, ele pode fluir livremente de um ramo a outro tão logo termine o seu contrato e outro investimento tenha se tornado mais lucrativo (Costa, 2010, p. 156).

Portanto, enquanto os detentores de capital podem optar, em resposta aos humores do mercado, entre transformar o seu capital em capital produtivo — sem se envolverem na produção — ou capital portador de juros; nas fábricas, aparentemente, “existem apenas trabalhadores, os responsáveis pela produção diretamente e os que comandam o trabalho alheio (considerados trabalhadores qualificados que exercem uma função específica)” (Costa, 2010, p. 155).

A partir disso, considerando o caráter tardio, “incompleto e incompletável” (Chasin, 1989) do capitalismo brasileiro, juntamente com a natureza antirrevolucionária e parasitária da burguesia nacional, podemos inserir as teorias administrativas e os cursos de formação de gestores.

2. Teoria e ensino nos cursos brasileiros de Administração

Quando pensamos nos cursos de Administração, é necessário dizer que, em conformidade com o quadro científico contemporâneo, eles apresentam os vícios típicos do pensamento científico pós-1848, ou seja, apresentam os traços mais marcantes da “decadência ideológica” da burguesia.

Até 1848, “a burguesia tem necessidade da verdade. Ela precisa da verdade para constituir o seu mundo. Ser objetiva corresponde às suas necessidade[s] sociais. Ela então efetiva uma cognição objetiva” (Chasin, [1988?]¹, p. 4). Contudo, após as agitações que marcaram a década de 1840 — notadamente o ano de 1848 —, as quais, por um lado, permitem a concretização da hegemonia burguesa em boa parte da Europa, de outro, marcam o aparecimento da veia combativa do proletariado europeu — começa a ficar claro, para ele, que a utopia burguesa significa, necessariamente, a distopia das demais classes.

Dessa forma, uma vez consolidada a hegemonia burguesa e “estruturada em todos os níveis a sua dominação”, a busca pelo “conhecimento objetivo leva a abalar a sua posição de dominação. Do ponto de vista

¹ Uma análise dos textos de Chasin do mesmo período, bem como de sua evolução teórica, nos induz a crer de que o curso que deu origem ao texto chamado “Método dialético” é de uma data anterior a 1988.

intelectual, a verdade passa a ser inimiga de classe. O seu conhecimento tem de passar a ser um conhecimento que veda a possibilidade da objetividade”. Não se trata, assim, de uma mera questão de competência ou incompetência ou de compromisso ou falta de compromisso individual, “é uma determinação coletiva de classe”. De 1848 em diante, a burguesia, para continuar existindo e exercendo o seu domínio, precisa “recusar até mesmo os princípios com os quais ela lidou e a partir dos quais ela articulou a sua compreensão efetiva de mundo. Agora a sua compreensão de mundo tem de ser no mínimo uma barragem ao entendimento” (Chasin, [1988?], p. 4).

No plano científico, isso significa que enquanto “os ideólogos anteriores [a 1848] forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória”, os ideólogos pós-1848 “foge[m] covardemente da expressão da realidade e mascara[m] a fuga mediante o recurso ao «espírito científico objetivo» ou a ornamentos românticos”. Ou seja, a filosofia e as ciências tornam-se “essencialmente acrítica[s], não [vão] além da superfície dos fenômenos, permanece[m] na imediatez e cata[m] ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo” (Lukács, p. 62, 1968).

Uma das consequências dessa decadência científico-filosófica, identificadas por Lukács, é a especialização do saber. Nas palavras do filósofo húngaro:

O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são apontadas. Não residem na vastidão da amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência ideológica operou nelas uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais. [. . .] Enquanto na época clássica havia um esforço no sentido de compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, a decadência coloca entre eles uma muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando compartimentos estanques que não existem senão na imaginação (Lukács, pp. 64-5, 1968).

Desse modo, hoje, é difundida de forma corriqueira, tanto na academia quanto fora dela, a ideia de que é possível compreender cientificamente o complexo político de uma determinada sociedade sem estudar a sua dinâmica social, ou que é possível entender a dinâmica social sem estudar a sua economia. Nos cursos de Administração, essa crença culmina no absurdo de se formarem gestores que devem atuar numa ordem societária que eles mesmos não conhecem — fundada sobre uma dinâmica econômica que eles também não compreendem —, como podemos constatar na análise de Nogueira (2007) — que, na contramão disso, defendia um “ensino universal-teórico” — e na de Alberto Guerreiro Ramos (Pizza Junior, 2010).

Portanto, o que constatamos, tanto no quadro geral quanto na particularidade dos cursos de Administração, não é um processo de desenvolvimento ou aprimoramento da compreensão científica do mundo, ou seja, uma aproximação ontológica ao real; mas sim o seu obscurecimento.

Se o prisma gnosiológico toma sempre o fenômeno ideal pelo ângulo negativo da falsidade ou da sociabilidade que limita a produção do saber, a posição ontológica critica radicalmente essa concepção que descarta a origem e a necessidade histórica, uma vez que busca a decifração dos objetos como *atividade sensível*, em sua configuração social. Isto equivale a dizer que a natureza falsa ou verdadeira das representações não brota do movimento constitutivo da própria esfera subjetiva. As formas ideais jamais possuem voo próprio, não têm autonomia nem história. É bom grifar isto, porque, em larga escala, o traço especulativo é a marca do pensamento contemporâneo, que continua a depositar no circuito próprio da subjetividade o móvel da explicação, ou melhor dizendo, das *interpretações infinitas* das coisas insondáveis (Rago Filho, 2004, p. 4).

Contudo, não devemos encarar esse vício gnosiológico como um problema meramente científico. Não podemos entender o programa dos cursos brasileiros de Administração sem entender a influência diretiva exercida pela burguesia nacional. Obviamente, que há uma miríade de formas distintas que permitem essa intervenção — elas vão de formas mais tácitas (indiretas) a formas bastante diretas. Neste segundo caso, podemos citar como exemplo a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), da Universidade de São Paulo. Nela foi criado

um “Conselho Consultivo Externo” — “formado por representante de empresas como Coca-Cola, Ilab Sistemas, Ice by Nice, British Petroleum, Milano Calçados, Coplana, Arteris S/A, Atlantia Bertin Concessões, Oufino, Embraer, Votorantim, GasBrasiliiano, entre outras, além de professores com atuação na USP, no Insper e na Unesp” —, que, dentre outras atribuições, aponta “temas que a FEA-RP deve debater e pesquisar nos próximos anos” (FEA-RP, 2015). Há uma clara intenção de subsunção da universidade ao capital, já que os capitalistas determinam o que os docentes dos cursos universitários de gestão (inclusive de uma universidade pública, como a USP) devem ensinar e pesquisar.

Já entre as formas indiretas de intervenção, podemos citar o poder que a burguesia exerce ao definir o perfil dos alunos que serão contratados pelas principais empresas, bem como na incorporação, pelas universidades, de métodos de avaliação típicos de empresas privadas — os quais priorizarem análises unicamente quantitativas e subvalorizam as atividades de ensino e pesquisa. Outro elemento que compõe o problema são os baixos salários pagos pelas universidades públicas, se comparados com a média salarial do mercado para profissionais ultraqualificados, ou as dificuldades orçamentárias para se efetuar uma pesquisa de forma independente. Para superar essa dificuldade, legitimam-se as atividades pagas de consultorias e de aulas em cursos de especialização, ministradas por docentes, as quais, em regra, comprometem ainda mais a atividade de ensino e pesquisa — na mesma medida em que fortalecem o poder de intervenção das empresas privadas e das fundações privadas nas universidades públicas.

Nessa linha, Gurgel (2003) chama a atenção para a função prioritariamente de difusão ideológica dos cursos de Administração. Por meio de interessante pesquisa — realizada com alunos de cursos de Administração, Economia e Engenharia de Produção da UFF (Universidade Federal Fluminense) e da PUC (Pontifícia Universidade Católica), no Rio de Janeiro —, Gurgel submeteu tais alunos a dezenove formulações correntes do mundo dos negócios. A partir delas, o pesquisador verificava se havia distinções no grau de concordância, em relação às formulações, entre os alunos de primeiro ano e os alunos no último período. Tais formulações “expressam ideias veiculadas primordialmente nos centros acadêmicos gerenciais e depois publicadas pelas revistas especializadas, além da literatura apologética e didática, frequente nas escolas de gestão. Finalmente, são difundidas pelos periódicos populares e magazines semanais” (Gurgel, 2003, p. 151).

O resultado foi que, entre os estudantes de Administração, das dezoito questões, dezesseis delas apresentaram elevação da aceitação quando se compara as respostas dos alunos dos primeiros períodos com as respostas dos alunos dos últimos períodos.

[Além disso], afirmações mais ousadas ainda, tal como a que encara o desemprego como “chance de sucesso de um profissional competente” (Q.8), veem crescer sua acolhida entre os concluintes do curso de gestão. Operando com o imaginário do empreendedorismo em seu nível mais elevado e até irônico, a formulação, que tem apenas 17% de concordância entre os primeiranistas, obtém aceitação em dobro, 34%, entre os formandos. É também o caso de elogio à privatização (Q.19), cujo apoio cresce do primeiro para os últimos períodos, ainda que com percentuais baixos: de 46% para 53%. Vale observar que o momento de aplicação dos questionários coincidiu com a abertura da crise energética, quando as privatizações do setor foram fortemente condenadas. [. . .) No entanto, não evitou o fenômeno para o qual chamamos a atenção, que se refere à hipótese de a formação dos administradores induzir a uma maior adesão aos valores ideológicos que constituem a consciência social neoliberal (Gurgel, 2003, p. 164).

Contudo, devemos pelo menos mencionar que essa manipulação não tem consequências perversas somente no que tange ao afastamento da compreensão científica do mundo. Tais falsificações do real transformam os cursos de Administração em verdadeiras linhas de montagem de ilusões, produzindo em série novos “Lucianos de Rubempré” — personagem do romance *Ilusões perdidas* de Balzac. Em outras palavras, esses cursos apresentam aos estudantes uma narrativa (que mais se parece a um conto de fadas) protagonizada por “empreendedores” e “CEOs”, repleta de “cases de sucesso” e “projetos inovadores” — todos eles, é claro, dentro dos limites da “ética” e da “responsabilidade social e ambiental das empresas”. No entanto, anos mais tarde, alguns ex-alunos percebem que a ética dessa narrativa nada mais é do que a ética desumanizadora do capital, que a responsabilidade social das empresas é apenas a responsabilidade em se garantir a maior lucratividade possível aos seus acionistas, e que, eles mesmos (os administradores) se tornaram meras personificações de interesses

alheios — os quais demandam total dedicação, total ausência de escrúpulos, total subserviência e hipocrisia —, enquanto puderem contribuir para a acumulação de capital.

Porém, com isso, não estamos afirmando que o conservadorismo que marca os nossos tempos, a ignorância ante o real, bem como o amesquinamento da vida individual são consequências produzidas exclusivamente pelos cursos de Administração, ou pelas universidades ou pela mídia burguesa. Como Marx e Engels afirmam, contundentemente, n'*A ideologia alemã*: “o mascaramento na linguagem só adquire um sentido quando é a expressão inconsciente ou consciente de um mascaramento real” (2007, p. 396). Portanto, também estaríamos nos afastando da realidade ao vermos na ideologia “tanto a força motriz como o objetivo de todas as relações sociais, enquanto ela é tão somente sua expressão e seu sintoma” (p. 405). Obviamente, que é um sintoma que agrava ainda mais o quadro clínico. Mas, ainda assim, como já indicamos anteriormente, os cursos de Administração (bem como as universidades em geral, e a mídia burguesa) só podem ser compreendidos diante das carências e dos temores da burguesia no quadro do capitalismo contemporâneo.

3.A miséria científica e a impotência prática dos teóricos brasileiros da Administração

Nesse cenário, e apesar do brilhantismo na produção e venda de ilusões, os cursos de Administração e, mais acentuadamente, os cursos brasileiros de Administração, têm demonstrado, cada vez mais, a sua incompetência em até mesmo formar guardiões da ordem do capital. Uma vez que, definitivamente, abandonaram o contato com o real e se debruçaram sobre ilusões e “abstrações irrazoáveis” (Chasin, 2009), tais cursos renunciam à possibilidade de formarem profissionais capazes de, ao compreenderem a dinâmica da economia e da sociedade contemporânea, encontrarem formas eficazes de driblarem as barreiras que obstruem a reprodução da própria ordem do capital.

Dessa forma, enquanto em períodos de prosperidade econômica, tais profissionais tornam-se porta-vozes da prosperidade permitida pela dinâmica capitalista, em momentos de crise eles se veem tão preparados para explicá-la quanto homens pré-históricos diante de um eclipse solar. Portanto, de porta-vozes da prosperidade econômica, num momento de crise,

eles se rebaixam à condição de porta-vozes da ignorância, da incapacidade de explicarem e intervirem na real dinâmica da sociedade capitalista contemporânea.

Uma boa medida deste problema nos é indicada por Harvey (2011). Após apresentar os vários problemáticos diagnósticos produzidos pelos economistas, após a crise de 2007, bem como as suas respectivas incapacidades em a preverem, Harvey relata como sua atenção foi atraída para este problema: “fui realmente direcionado para isso, por uma coisa que aconteceu na Escola de Economia de Londres há cerca de um ano e meio, quando Sua Majestade, a rainha, perguntou aos economistas: «Como é que não viram que isto ia acontecer?»”. Para responder ao questionamento da rainha, a Academia Britânica escreveu uma “carta fabulosa”. Nela, eles relatavam que “muitas pessoas dedicadas, inteligentes e espertas dedicaram as suas vidas a trabalhar nos aspectos deste assunto muito seriamente, mas a única coisa que nos passou ao lado foi o risco sistêmico”. Em outras palavras, apesar de todos os seus modelos e categorias de análise, eles ignoravam a dinâmica e as contradições próprias da sociabilidade capitalista, ou, na perspectiva dos economistas britânicos, a realidade insistiu em não se dobrar à vontade da burguesia e de seus porta-vozes.

Nesse cenário, parece até um elogio desmesurado dizer que os cursos de Administração formam “guardiões da ordem vigente”, uma vez que o mínimo que se espera de guardiões é a capacidade de lutarem bravamente pela defesa de seus protegidos. Enquanto isso, o que vemos na prática, notadamente aqui no Brasil, é a reprodução acrítica das teorias econômicas (entre elas, as que “passaram ao lado do risco sistêmico”) e dos manuais produzidos no exterior — tais como “a bíblia do *marketing*”, como se autodenomina o calhamaço *Administração do marketing* de Philip Kotler & Kevin Keller.

A obra de Kotler & Keller (2006) é, inclusive, um bom exemplo da miséria científica que inspira o campo da Administração. O livro é recheado com “cases de sucesso”, selecionados para ilustrar a eficácia científica das práticas aí contidas. Obviamente que, em nenhum momento, é feita uma análise cuidadosa das particularidades que permitiram o sucesso de cada *case*, mas sim reduzem o seu sucesso a um único fator: aplicação das técnicas apresentadas ao longo do livro. O caráter anticientífico (antiontológico) desse procedimento fica nítido quando o contrastamos à formulação chasiniana.

Por decorrência, ignorar a diferença essencial é perder de vista os objetos reais e com isso o horizonte do pensamento de rigor, tal como os economistas que naturalizam e perenizam a sociedade capitalista, ondo de lado exatamente o que nela é específico. [. . .] A eliminação da *diferença essencial*, em suma, mutila a reprodução ideal do *ser-precisamente-assim*, indeterminando o objeto pelo cancelamento de sua processualidade formativa e especificação histórica (Chasin, 2009, pp. 125-6).

O que vemos, portanto, ora de forma mal-intencionada, ora por pura ignorância, é a redução de toda a complexidade da realidade contemporânea a uma questão volitiva, ou a uma mera questão de competência ou incompetência dos gestores em aplicar as técnicas apresentadas nos manuais. Em outras palavras, nos cursos de Administração difunde-se a ideia de que o sucesso ou fracasso de um empreendimento deve-se exclusivamente a uma questão de competência, disciplina e capacidade de inovar; ignorando todas as determinações que dão concreção para a realidade. Nas palavras de Marx (2008, p. 258), “o concreto é concreto porque é uma síntese de múltiplas determinações, isto é, é unidade do diverso”.

No entanto, a hipótese que aqui apresentamos é de que esse quadro é ainda mais grave na particularidade brasileira. Como mencionamos anteriormente, a burguesia brasileira apresenta vocação para a covardia e para o conservadorismo. O resultado disso é um constante temor em relação às contradições próprias da dinâmica capitalista, a partir do qual podemos iluminar o ímpeto em obscurecer a própria realidade que marca os cursos de Administração no Brasil.

Assim sendo, num quadro de grave crise — em que a necessidade de apreender a dinâmica da realidade se torna imprescindível para a gestão eficaz dos negócios —, enquanto universidades estrangeiras (como o MIT, Massachusetts Institute of Technology) recorrem à analítica marxiana e à economia política clássica (Galindo, 2016; *Open Syllabus*, 2016; *The Guardian*, 2012), as universidades brasileiras seguem encobrendo o conceito de classes sociais por meio de conceitos como o de “custo agente principal” — o qual reduz conflitos sociais a meros conflitos individuais —, quando ensinam que os trabalhadores devem ser chamados de “colaboradores”, etc.

Em outras palavras, ao invés de buscarem as legalidades e causalidades que constituem a dinâmica capitalista contemporânea, os intelectuais brasileiros da Administração seguem fabricando novas categorias de análi-

se, a partir das quais esperam modelar a realidade aos seus interesses ou necessidades de pesquisas. Enquanto Lukács (2013) afirma que o conhecimento só é possível por meio de um processo de “desantropomorfização” da realidade estudada — ou seja, que a realidade só pode ser conhecida a partir das suas próprias legalidades —; entre os teóricos da Administração, a prática corrente é um processo de modelamento da realidade — dando a ela uma forma menos contraditória, livrando-a de seus antagonismos, ou seja, tornando-a palatável para um público que clama por harmonia (contudo, correndo o alto risco de ignorarem, tal como os economistas ingleses, o inconveniente “risco sistêmico”).

Dessa forma, ignorando completamente a via por meio da qual ocorre a objetivação do capitalismo na América Latina — além da própria natureza competitiva da dinâmica capitalista —, o consenso intelectual hegemônico retira o processo histórico de suas análises ou partem de uma noção completamente fictícia, como Ouriques (2014) identifica entre os teóricos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). Basicamente, para eles, o subdesenvolvimento brasileiro é fruto de uma trajetória natural de desenvolvimento, que deve percorrer algumas etapas até atingir o patamar dos países centrais. Portanto, eles transformam aquilo que é uma relação de dependência (subordinação) — que Chasin (1989) identificava como a natureza “incompleta e incompletável” do capitalismo nacional —, numa mera relação de colaboração, eliminando quaisquer formas de antagonismos e, mais acintosamente, ignorando completamente o grave problema da “superexploração da força de trabalho” (Caranholo, 2014). O resultado disso, no plano da administração, é a impossibilidade prática de enfrentarem a crise que vivemos e outras que certamente virão — enquanto, por outro lado, nos bombardeiam com diagnósticos e resoluções dignas dos “clássicos” da literatura de autoajuda. Mas, por enquanto, não falemos em mistificações; trabalhemos a questão metodológica.

4. Breves considerações metodológicas

Como a proposta deste artigo, em forma de ensaio, é fazer a crítica da miséria intelectual hegemônica nos cursos de Administração, esta seção será apenas um breve parêntese por meio do qual indicaremos um rumo metodológico que consideramos muito mais frutífero do que a metodologia hegemônica.

Costa (2010), dialogando com as obras de maturidade de Lukács, apresenta-nos a ideia de que a vida cotidiana deve ser tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada da ciência. “Os problemas que se colocam à ciência nascem direta e imediatamente da vida cotidiana, e esta se enriquece constantemente com a aplicação dos resultados e os métodos elaborados pela ciência” (Lukács, 1970, apud Costa, 2010, p. 294).

Contudo, não é possível compreendermos cientificamente o mundo de forma imediata no nosso dia a dia: “para pensar a vida cotidiana é preciso, antes de mais nada, distanciar-se dela” (Costa, 2010, p. 291). Vale a pena pelo menos mencionar como tal ideia colide diretamente com uma das concepções vigentes nos cursos de Administração, a qual defende o ensino prioritariamente por meio de estudos de casos, uma vez que, apoiados no senso comum, afirmam que “na prática, a teoria é outra”.

Em suma, os problemas científicos partem de necessidades do cotidiano; porém, o fazer científico, como forma superior de captação e reprodução da realidade, pressupõe um afastamento em relação ao cotidiano — mas que deve, posteriormente, retornar a ele, permitindo o seu enriquecimento.

Nessa linha, Lukács (2013) afirma que o pensar e o agir estão colados um ao outro — Marx (2013, p. 327) exemplifica essa questão por meio da famosa comparação entre “pior arquiteto” e a abelha, a qual não “tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera”. Em outras palavras, para manipularmos a natureza (por teleológico primário) e para atuarmos sobre a consciência de outros homens (por teleológico secundário), com sucesso, precisamos primeiramente apreender as legalidades do objeto — por meio da ideação. Nas palavras do filósofo húngaro,

o homem que age de modo prático na sociedade encontra diante de si uma segunda natureza, em relação à qual, se quiser manejá-la com sucesso, deve comportar-se da mesma forma que com relação à primeira natureza, ou seja, deve procurar transformar o curso das coisas, que é independente de sua consciência, num fato posto por ele, deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a marca da sua vontade (Lukács, 2013, p. 110).

Contudo, esse processo de “conhecer a essência” não ocorre de forma imediata, mas também não é algo para além das capacidades humanas. Por isso,

Colado ao pensamento marxiano, ou melhor dizendo, ao estatuto ontológico desse complexo categorial, Chasin demole os castelos da “abstração irrazoável”, próprios ao reino do irracionalismo, segundo o qual não é possível reproduzir a efetividade por meio de um concreto de pensamentos, cabendo ao homem somente criar *infinitas interpretações* por meio da autonomia de sua subjetividade. Em suma, se o conhecimento é pensado como inexistente, esta abstração sem objetividade é um absurdo e tem uma determinação social ineliminável: o indivíduo egoísta (Rago Filho, 2004, pp. 3-4).

Chasin (2009, p. 90) — colado a Marx e reconhecendo a importância do legado lukacsiano — afirma que a sua concepção metodológica se apoia em quatro tópicos fundamentais: “1) a fundamentação ontoprática do conhecimento, 2) a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto, 3) a teoria das abstrações e 4) a lógica da concreção”. Para ele, “ciência é objetividade”. Ela deve “dizer o que é, cumprir o primado ontológico”. Mas a “objetividade não é uma faculdade exclusiva deste ou daquele indivíduo”, uma vez que “a tematização marxiana da questão do conhecimento, do saber, desloca-se da subjetividade para a objetividade” (1988, p. 71).

No entanto, isto não quer dizer que menosprezamos o problema (gnosiológico) da possibilidade de conhecermos determinado objeto. Chasin (1988) afirma que o conhecimento só é possível quando o objeto do estudo alcança determinado nível de maturidade, ou seja, somente a forma complexificada do objeto permite a compreensão das suas formas mais simples. Em Marx, tal questão aparece de forma clara na famosa *Introdução de 1857*:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas, etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios

de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga, etc. (Marx, 2011, p. 84).

Todavia, “tanto a chamada sociologia compreensiva, quanto aquelas de raiz positivista constroem suas referências metodológicas buscando criar um *campo neutro* para análise da sociedade, seja através dos *tipos ideais* no primeiro caso, ou da formulação de *leis gerais* análogas às das ciências naturais, no segundo” (Costa, 2010, p. 308). Essa crítica abarca também a chamada “visão sistêmica”, a qual ganha cada vez mais espaço entre teóricos da Administração — como poderemos ver em Bauer (2009) —; uma vez que, “no ser social, a busca da gênese se impõe pelo *inacabamento* do produto, sempre provisório, sempre ponto de partida para novos *pores*. Daí o contrassenso em se conceber a análise da realidade social a partir de um sistema” (Costa, 2010, p. 308). Além disso, enquanto a visão sistêmica hierarquiza as categorias constituintes da realidade, Lukács fala em “momento preponderante”. Nas suas palavras,

É claro que em cada sistema de inter-relações dentro de um complexo de ser, como também em cada interação, há um momento predominante. Esse caráter surge em uma relação puramente ontológica, independente de qualquer hierarquia de valor. Em tais inter-relações os momentos singulares podem condicionar-se mutuamente [. . .] em que nenhum dos dois pode estar presente sem o outro ou então se pode ter um condicionamento no qual um momento é o pressuposto para a existência do outro, sem que a relação possa ser invertida (Lukács, 2013, p. 64).

“É assim que Marx evidencia, na *Introdução de 1857*, que a produção é o momento preponderante na relação com o consumo, a distribuição e a troca (circulação) justamente porque é prioritária em relação aos demais momento” (Costa, 2010, p. 309).

Portanto, até aqui, afirmamos que o objetivo da ciência é apreender a lógica do seu objeto de estudo. Contudo, como tal apreensão pode ser feita?

Infelizmente, não poderemos entrar em maiores detalhes para responder a esse fundamental questionamento, dado os limites da proposta

deste artigo — para isso indicamos um dos grandes trabalhos de Chasin: *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. Entretanto, sinteticamente, o filósofo brasileiro responde tal questionamento aludindo à “força das abstrações”. “Força da abstração é, dentre outras, uma qualidade individual ou força essencial de apropriação peculiar dos objetos, que se realiza de modo específico de acordo com a sua própria natureza e em consonância com a natureza do objeto apropriado” (Chasin, 2009, p. 123). Ou seja, “a prioridade do concreto real é expressa pela subordinação da abstração a ele, já que ela (a abstração) é que tem de se elevar ao concreto, buscar alcançá-lo para «reproduzi-lo como concreto pensado»” (Costa, 2010, pp. 310-1).

Rago Filho (2004, p. 6) complementa tal ideia com a seguinte afirmação: “segundo Chasin, a força da abstração retém algo comum de realidades complexas, comparando entes concretos”. Essa retenção mental, de propriedades comuns, é o que Chasin (2009) chama de “abstração razoável”. “Uma das funções das *abstrações razoáveis* é pôr em evidência as diferenças por meio da comparação”; e “a perda da diferença essencial leva à constituição das abstrações irrazoáveis” (Rago Filho, 2004, p. 7). Todavia, “essas abstrações se presas a si, sem determinação concreta, são vazias, não dizem nada: por exemplo, a classe, sem os elementos concretos sobre os quais se baseia, é uma palavra vazia” (Lukács, 1990, apud Costa, 2010, p. 316).

Portanto, o processo deve encerrar-se com a viagem de retorno, no qual são “*depuradas* as abstrações em sua razoabilidade”. Dessa forma, “a fim de deperecer em sua abstratividade, a fim de ganhar encarnação histórica”, as abstrações razoáveis “devem perder generalidade por especificação, adquirindo os perfis da particularidade e da singularização, ou seja, a fisio-nomia de abstrações razoáveis *delimitadas*” (Rago Filho, 2004, pp. 8-9).

O resultado do processo é “um concreto de pensamentos” que nada mais é do que “um modulado de abstrações trabalhadas, cuja matéria-prima única são as próprias abstrações, sobre as quais incide a atividade propriamente dita da elaboração, constituída pelos atos de depuração, intensificação, delimitação, articulação e quaisquer outros do gênero compreendidos pela teoria das abstrações” (Chasin, 1995, apud Rago Filho, 2004, p. 10).

Portanto, nas palavras de Chasin (recorrendo a uma pequena analogia de Marx no prefácio da edição francesa d’*O capital*),

“Não há estrada principal para a ciência, e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm chance de chegar a seus cimos luminosos”. De modo que o conhecimento é possível, a ciência pode alcançar seus objetivos, mas não há um caminho pré-configurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro [. . .] Não há guias, mapas ou expedientes que pavimentem a caminhada, ou pontos de partida ideais previamente estabelecidos. O rumo só está inscrito na própria *coisa* e o roteiro da viagem só é visível, olhando para trás, do cimo luminoso, quando, a rigor, já não tem serventia (Chasin, 2009, p. 231).

5. Crítica à falsa harmonia em *Gestão da mudança* de Ruben Bauer

Já mencionamos, algumas vezes, como os teóricos da Administração se afastam da realidade capitalista e produzem uma concepção falsa de mundo — que vê harmonia onde, na realidade, encontramos conflitos e contradições. Contudo, para encerrarmos tal discussão, analisaremos como essa questão se manifesta na obra *Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações*, de Ruben Bauer. Escolhemos tal obra, pois ela nos parece bastante representativa de uma tendência que se torna cada vez mais hegemônica nos cursos brasileiros de Administração, além de ser uma obra qualitativamente superior aos manuais de autoajuda transformados em teoria administrativa, que se alastram nas prateleiras das livrarias, e aos manuais de *marketing* e finanças propriamente ditos.

Nesta obra, Bauer defende que o problema das teorias administrativas tradicionais deriva do fato de elas se inspirarem num paradigma ultrapassado, que é o “paradigma cartesiano-newtoniano”. Para ele, esse paradigma extrapolou o campo da ciência, tornando-se o centro das principais discussões filosóficas do século XVII, culminando no movimento Iluminista do século XVIII e, posteriormente, sendo a base para o surgimento da sociologia. Não obstante, tornou-se a base que permitiu à sociedade ocidental passar por um período de grandes progressos tecnológicos.

Todavia, a partir do final do século XIX, as ciências naturais passaram por uma verdadeira revolução. A Física Quântica, por exemplo, findou, entre outras coisas, a noção de espaço e tempo absolutos, a noção de partículas sólidas elementares, a capacidade de análises reducionistas retra-

tarem a realidade dos fenômenos, e a ideia de que todos os fenômenos físicos podem ser previstos (Bauer, 2009). Em suma, Bauer afirma que a metodologia da Física Clássica era incapaz de explicar os fenômenos estudados pela Física Quântica. Assim, “a partir de agora [. . .] a Física não tem como propor às demais ciências qualquer visão única, visto que ela própria se depara com uma realidade múltipla” (Bauer, 2009, p. 120). Ou seja, diante do “caos” e da “complexidade” surge “um novo desafio de redefinir, quase que por completo, o que seja de fato «fazer ciência»” (Bauer, 2009, p. 144).

Portanto, “com os conceitos de *scienza nuova* em gestação no domínio físico e biológico das questões da organização”, podemos reconhecer que a sociedade não é composta apenas por “processos, regularidades, aleatoriedades, mas também seres, entes, indivíduos”. A partir desses conceitos, a *scienza nuova* “permitiria reconhecer e ajudar as aspirações individuais, coletivas e étnicas de autoridade e liberdade” (Morin, 1996, apud Bauer, 2009, p. 74).

Inspirado nessas ideias, Bauer apresenta a chamada “Teoria dos Sistemas”. Em tal concepção teórica “o indivíduo, a sociedade e a natureza formam um conjunto indissociável, interdependente e em constante movimento. É uma visão na qual, paradoxalmente, não só as partes de cada sistema se encontram no todo, mas em que os princípios e leis que regem o todo se encontram em todas as partes” (Weil, 1985, apud Bauer, 2009, p. 137). Ou seja, “os sistemas biológicos e sociais não funcionam apesar da desordem, eles necessariamente só funcionam pela desordem” (Bauer, 2009, p. 78).

A partir disso, Bauer (2009) defende que as empresas contemporâneas deveriam adotar uma nova estrutura. Atualmente, elas concentram seus esforços em realizar previsões de longo prazo, juntamente com altos gastos com formalização e organização dos processos de trabalho, visando manter a ordem e a estabilidade. O autor afirma que esses esforços são inúteis, uma vez que as mudanças são inevitáveis, e, portanto, as empresas deveriam adotar estruturas mais desordenadas, as quais favoreceriam a auto-organização e, conseqüentemente, a criatividade. Essa estrutura tornaria natural para a empresa os processos de mudança.

No entanto, para isso, a noção de hierarquia deveria ser rompida. Conseqüentemente, a ação dos supervisores perderia o sentido e, portanto, seriam substituídos por times autogerenciáveis. Enquanto isso, os diretores

deveriam estar preparados para receberem ordens de subordinados; e ainda seriam criados canais de comunicação entre as pessoas da organização que redundariam no desaparecimento da média gerência.

Bauer (2009) exemplifica o poder desse tipo de organização através de um experimento conduzido pelo especialista em computação gráfica, L. Carpenter. Este reuniu cinco mil pessoas em um auditório, e lhes concedeu uma série de tarefas, que comprovariam o poder da auto-organização. Entre outras tarefas, essas pessoas receberam, individualmente, uma placa com um lado verde e outro vermelho e lhes foi pedido que fizessem o número cinco verde com as placas no centro do auditório. O resultado foi que, após uma confusão inicial, esses indivíduos se organizaram eficientemente e conseguiram, rapidamente, realizar a tarefa.

Finalmente, após essa síntese do trabalho de Bauer, mas antes de entrar na crítica propriamente dita, devemos reconhecer alguns méritos. O maior deles, certamente, é a superação do pragmatismo e a busca por inspirações fora do terreno das “ciências sociais aplicadas”. Com isso, Bauer (2009) efetivamente enriquece o pensamento administrativo.

Além disso, por uma via extremamente tortuosa, acidentada e incompleta, Bauer flerta com uma das principais bandeiras dos teóricos da revolução: a necessidade da organização associada e autodeterminação do trabalho. Contudo, o autor nada fala sobre as iniquidades de uma produção necessariamente orientada para a troca. Como nos lembra Mészáros (2002, p. 884), “o problema mais grave advém da produção orientada para, e determinada pela, troca de produtos — seja sob o capitalismo, seja sob as sociedades pós-capitalistas —, radicalmente incompatível com um verdadeiro planejamento”.

Por fim, mas também de forma bastante acertada, recorrendo a Bernard Shaw, Bauer critica a especialização do saber: “o especialista é alguém que conhece cada vez mais sobre cada vez menos, e termina por saber tudo sobre nada”. Em suma, para ele a ultraspecialização científica é geradora de cientistas empobrecidos, que se sentem “donos de suas especialidades”, mas que perdem a compreensão mais global do que ocorre a seu redor (Bauer, 2009).

Entretanto, chega a impressionar a imensa ingenuidade presente em cada uma das ideias de Bauer. Como veremos a seguir, apesar de todo o seu distanciamento e de suas críticas em relação ao pensamento administrativo tradicional, o autor ainda reside no reino do idealismo — que é tão caro à teoria tradicional.

Em vez de analisar o desenvolvimento dos paradigmas científicos em relação ao desenvolvimento socioeconômico — identificando, tal como Lukács (1968), o impacto dos eventos da década de 1840 sobre o pensamento científico —, Bauer (2009) trai o seu próprio discurso sobre o “caos”, a “complexidade” e “redução mecanicista” e apresenta uma narrativa, da ciência, bastante simplificada — vista de forma autônoma aos demais complexos sociais. Portanto, ele, tal como as teorias administrativas hegemônicas, ainda enxerga harmonia onde, na realidade, encontramos conflitos e contradições. Ou melhor, ele vê os conflitos e contradições como um elemento natural à vida — da vida inorgânica à vida social. Isso se manifesta em ideias extremamente ingênuas como a proposição de que simplesmente precisamos substituir a lógica da competitividade por uma lógica da cooperação — sem, é claro, tocar nos fundamentos da ordem do capital, tais como a produção voltada para a troca no mercado.

Uma vez que, para ele, os conflitos e contradições são vistos como elementos constituintes da natureza, os conflitos e contradições presentes no interior das organizações não se diferenciam, por exemplo, das relações “conflitivas” e “contraditórias” entre os órgãos do corpo humano. Dessa forma, na prática, Bauer os elimina de sua sistematização organizacional.

Coerentemente, Bauer não percebe as diferenças entre o experimento de L. Carpenter — mencionado acima — e o ambiente organizacional. Enquanto naquele, todos os indivíduos compartilhavam o mesmo objetivo, dentro de uma organização capitalista a situação é radicalmente distinta. A dinâmica mais simples do capitalismo já colocava os detentores dos meios de produção (que acumulam capital por meio da extração de mais-valor) necessariamente contra o proletariado (quem efetivamente produz valor, mas recebe apenas dele na forma de salário). Contudo, esse conflito, em vez de ser superado com o passar dos anos — como a literatura apologética costuma afirmar —, tornou-se ainda maior e de maior complexidade.

Após a implantação da organização toyotista do trabalho e da remuneração por desempenho, mesmo no interior do proletariado, encontramos grandes conflitos de interesses. Nesse cenário, a remuneração individual depende da superação individual do tempo de trabalho médio do grupo — ou de outras células de trabalho. Por exemplo, um operário toyotista recebe tanto mais quanto mais eficiente for o seu trabalho; porém, quanto mais eficiente ele for, menos receberão os demais operários.

Ou seja, em vez de caminharmos em direção à superação dos antagonismos, nós os vemos sendo multiplicados.

Entretanto, a passagem a seguir é ainda mais clara quanto às limitações e a ingenuidade do pensamento de Bauer (que, novamente, ignora a complexidade do real e trai o seu próprio discurso):

[. . .] empresas presas a uma identidade que privilegia o imediatismo do lucro de curto prazo estão, no longo prazo, inviabilizando a si próprias, na medida em que estão construindo um ambiente externo no qual não conseguirão sobreviver. [. . .] Essas empresas mais preocupadas em usar o ambiente que moldá-lo, em auferir o presente que construir o futuro, perderam o entendimento do contexto maior em no qual estão inseridas, ou seja, perderam a “congruência com suas circunstâncias”. Seu entendimento do ambiente é distorcido e assim elas não têm como atuar de forma proativa. Daqui para frente, e contra a sua vontade, é bastante provável que seu futuro dependa muito mais de como os governos, consumidores e cidadãos irão reagir, punindo-as e restringindo suas atividades, do que de seus esforços individuais em transformar-se (Bauer, 2009, pp. 204-5).

Como podemos ver, Bauer — ignorando os movimentos próprios da economia capitalista, o desenrolar do processo histórico, a relação desigual às quais as diversas organizações estão submetidas no mercado internacional, a peculiaridade de cada setor, os antagonismos de interesse entre acionistas, gestores, operários, funcionários administrativos e terceirizados dentro das próprias organizações — reduziu toda a questão à ganância e ansiedade dos gestores e acionistas, que se manifestam na busca imediatista pelo lucro.

Portanto, dentro de uma ordem societária capitalista, que enfrenta uma crise de lucratividade desde a década de 1970, é uma mera volição (ou grande ingenuidade) imaginar a possibilidade de uma organização empresarial harmônica tanto internamente (na relação entre acionistas, gestores e trabalhadores em geral), quanto externamente (na relação entre as diversas empresas, entre elas e os Estados nacionais e o meio ambiente). Dessa forma, Bauer (2009), tal como a teoria administrativa tradicional, se manteve a quilômetros de distância do real e reforça, na prática, aquilo que já tinha sido identificado por Tragtenberg (2005, p. 43): “cabe à «formação» profissional a transformação da empresa numa entidade homogê-

nea”. Obviamente que isso pode ser feito tanto de forma mal-intencionada, como de forma ingênua — o que nos parece o caso de Bauer.

6. Considerações finais

Ao longo do artigo, pudemos demonstrar alguns traços marcantes da miséria intelectual que movimenta o pensamento administrativo no Brasil. Todavia, também demonstramos que tal miséria, por mais que se manifeste por meio de problemas científicos, não se explica somente por meio do próprio pensamento científico. Chamamos a atenção para a particularidade do capitalismo brasileiro e, principalmente, para o conservadorismo que historicamente marca a burguesia nacional; os quais, por sua vez, impactam, de forma determinante, as possibilidades de produção intelectual entre os teóricos da administração no Brasil.

Contudo, ainda que seja um contrassenso imaginar que esse quadro possa ser alterado sem profundas alterações nas macroestruturas da sociedade brasileira, a discussão metodológica não perde importância. Sabemos que, dentro dos departamentos de Administração, encontramos alunos, docentes e teóricos extremamente interessados e dispostos a enfrentar a miséria intelectual hegemônica, e, para isso, a clareza epistemológica é um elemento fundamental para que esse enfrentamento possa avançar.

Não obstante, a própria particularidade da sociedade brasileira acentua ainda mais a importância de pensarmos a Administração para além da produção do “falso socialmente necessário” (como diria Chasin). Nessa linha, o compromisso com a verdade (com o primado ontológico do real) é condição imprescindível para que possamos agir no mundo de forma mais acertada. Como foi mencionado ao longo do artigo, isso é válido até mesmo para os interesses mesquinhos das organizações singulares; mas, indubitavelmente, é ainda mais importante para os que têm como compromisso a luta pela emancipação humana, que têm compromisso com o enfrentamento das grandes iniquidades e estranhamentos que marcam a vida sob o capital e, mais precisamente, a vida sob o capitalismo brasileiro.

Referências bibliográficas e audiovisuais

BAUER, Ruben. *Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

- CARCANHOLO, Marcelo. Teoria marxista da dependência. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FnXSfxPq1OY&list=PLbm2UvtG8cRvGKitQguRgcAkE-2U3NfOV>>. Acesso em 3-6-2016.
- CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. Revista *Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n.ºs 17/18, 1989.
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHASIN, José. *A superação do liberalismo*. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas (de 25-1 a 6-02). Maceió, 1988, transcrição literal.
- CHASIN, José. *Método dialético*. 1988?: Disponível em <<http://orientacao-marxista.blogspot.com.br/2010/10/metodo-dialetico-jose-chasin.html>>. Acesso em 8-6-2016.
- COSTA, Mônica Hallak Martins da. *Das categorias de O capital à vida cotidiana*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Curso de Serviço Social, Escola de Serviço Social, 2010.
- FEA-RP. Conselho Consultivo Externo opina sobre temas que a FEA-RP deve debater e pesquisar nos próximos anos. 2015. Disponível em <<https://www.fearp.usp.br/pt-br/item/3873-conselho-consultivo-externo-opina-sobre-temas-que-a-fea-rp-deve-debater-e-pesquisar-nos-proximos-anos.html>>. Acesso em 2-6-2016.
- GALINDO, Rogerio Waldrigues. Quais são os livros mais pedidos pelas melhores universidades dos EUA?. *Gazeta do Povo*, blogs. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/dia-de-classico/quais-sao-os-livros-mais-pedidos-pelas-melhores-universidades-dos-eua-veja-a-lista/>> Acesso em 8-6-2016.
- GURGEL, Claudio. *A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOTLER, Philip & KELLER, Kevin Lane. *Administração de marketing*. 12.ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- HARVEY, David. Crises do capitalismo (David Harvey) RSAanimate – legendado. 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=OJ6xlbApAM>>. Acesso em 15-6-2016.
- LUKÁCS, Georg. Marx e o problema da decadência ideológica. In: *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social*, vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. *Teoria geral da administração para o século XXI*. São Paulo: Ática, 2007.
- OPEN SYLLABUS. Mapping the college curriculum across 1M+ syllabi. 2016. Disponível em <<http://explorer.opensyllabusproject.org>> Acesso em 15-6-2016.
- OURIQUES, Nildo. Vigência e perspectivas da Teoria da Dependência. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3w0r5a870xI>>. Acesso em 15-6-2016.
- PIZZA JUNIOR, Wilson. Guerreiro Ramos, administração e ciências sociais. *Organizações e sociedade: Especial Alberto Guerreiro Ramos*, Salvador, vol. 17, pp. 201-8, mar. 2010. Trimestral.
- RAGO FILHO, Antonio. A teoria da via colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. *Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas*, vol. 11, abr. 2010. Semestral. Disponível em <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.44345918339068.pdf>>.
- RAGO FILHO, Antonio. J. Chasin: redescobrimo Marx – a teoria das abstrações. *Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*, vol. 1, out. 2004. Semestral. Disponível em <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.73258350298981.pdf>>.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Direitos demais aos trabalhadores no Brasil? In: PADILHA, Valquíria (org.). *Antimanual de gestão: Desconstruindo os discursos do management*. Aparecida: Ideias & Letras, 2015.
- THE GUARDIAN. Why marxism is on the rise again. 2012. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2012/jul/04/the-return-of-marxism>> Acesso em 16-6-2016.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. 3.^a ed. São Paulo: Unesp, 2005.

